

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

LASPRO
CONSULTORES





LASPRO
CONSULTORES

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL
DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS RELACIONADOS À
ARBITRAGEM DA 1ª, 7ª, E 9ª RAJ DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Recuperação Judicial

Relatório Mensal de Atividades

Processo nº 0000011-25.2023.8.26.0260

LASPRO CONSULTORES LTDA., neste ato representada pelo **ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO**, OAB/SP nº 98628, Administradora Judicial nomeada nos autos da Recuperação Judicial em epígrafe, requerida por **PARANAPANEMA S/A (“Paranapanema”)**, **CDPC – CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE COBRE LTDA (“CDPC”)** e **PARAIBUNA AGROPECUÁRIA LTDA (“Paraibuna”)**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar o **Relatório das Atividades das Recuperandas**, referente aos meses de **setembro a outubro de 2025**, em conformidade com o Comunicado CG nº 786/2020 – TJSP.

72-1160.6 | HC | EF | JO



Fone: +55 11 3211-3010 / Fax: +55 11 3255-3727
R. Major Quedinho, 111 - 18º andar • Centro
01050-030 • São Paulo/SP
lasproconsultores.com.br



Fone: + 39-02 79 47 65 / Fax: + 39-02 78 44 97
Via Visconti di Modrone nº 8/10
20122 • Milão/Itália
edoardoricci.it



Índice

| | |
|--|-------|
| SUMÁRIO EXECUTIVO | 4 |
| Anexo I - Eventos Relevantes e Visão Geral das Recuperandas..... | 5 |
| I.1. Visão Geral..... | 5 |
| Anexo II - Análise Financeira – Informações Financeiras e Operacionais | 8 |
| II.1. Principais Movimentações do Balanço Patrimonial e Indicação das Principais Contas Patrimoniais no Ativo e Passivo (Análise Vertical e Horizontal)..... | 8 |
| II.1.1. Evolução do Ativo Total..... | 10 |
| II.1.2. Evolução do Passivo Total (Endividamento Total) | 13 |
| II.1.3. Patrimônio Líquido | 16 |
| II.2. Análise da DRE – Demonstração de Resultado..... | 16 |
| II.3. Análise por meio de Índices, Indicadores e Instrumentos Financeiros | 17 |
| II.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa | 18 |
| II.5. Evolução Mensal de Colaboradores | 19 |
| Anexo III - Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial..... | 20 |
| III.1. Da Proposta de Pagamento | 22 |
| Anexo IV – Relatório de Diligências Realizadas..... | 27 |
| Anexo V - Pedidos de esclarecimentos ou documentos complementares | 28 |
| Anexo VI - Cronograma Processual | 29 |
| Anexo VII - Da Conformidade com a Recomendação nº 72, de 19/08/2020..... | 31 |
| Glossário | 32/33 |





As Recuperandas ajuizaram o pedido de recuperação judicial, em 30 de novembro de 2022, cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2022, conforme decisão proferida às fls. 2257/2270.

A homologação do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial se deu em 16 de novembro de 2023, com ressalvas às fls. 20047/20074, cuja r. decisão foi publicada em 22 de novembro de 2023.

Até o mês de outubro de 2025, o **GRUPO PMA** apresentou **faturamento líquido** na ordem de **R\$ 498,1 milhões**, sendo insuficiente para cobrir os gastos reconhecidos no período, evidenciando **prejuízo líquido na ordem de R\$ 747,7 milhões**. Destaca-se o **endividamento** que, em agosto de 2025, somou **R\$ 8,5 bilhões**.

Cabe mencionar que as Recuperandas são as responsáveis pelo fornecimento das informações acerca de suas atividades contempladas neste Relatório, inclusive sob as penas do artigo 171, da Lei 11.101/05¹.

A Administradora Judicial informa que toda a documentação verificada para a elaboração do presente relatório encontra-se à disposição dos interessados, mediante agendamento prévio.

Sendo o que tinha para o momento, esta subscritora se coloca à disposição de Vossa Excelência, dos nobres advogados das Recuperandas, credores, bem como do ilustre representante do Ministério Público para quaisquer esclarecimentos que sejam reputados necessários.

São Paulo, 11 de dezembro de 2025.


LASPRO CONSULTORES LTDA.
Administradora Judicial
Oreste Nestor de Souza Laspro
OAB/SP nº 98.628

¹ Art. 171. Sonegar ou omitir informações ou prestar informações falsas no processo de falência, de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, com o fim de induzir a erro o juiz, o Ministério Público, os credores, a assembleia-geral de credores, o Comitê ou o administrador judicial:



Anexo I - Eventos Relevantes e Visão Geral das Recuperandas

I.1 Visão Geral

Na exordial, as Recuperandas narram que a Paranapanema (“PMA”) foi fundada em 1961 pelos empresários Octávio Cavalcante Lacombe, José Carlos de Araújo e Aloysio Ramalho Foz, inicialmente com operação voltada para a área de construção civil pesada.

Esclarecem que, atualmente, a atividade da PMA está voltada para a fundição e refino de cobre primário e semimanufaturados de cobre e suas ligas (latão e bronze), abrangendo grande parte da cadeia industrial do material, seguindo desde a fabricação até a venda de produtos e coprodutos, como cátodos, vergalhões, fios trefilados, laminados, barras, tubos, conexões, ácido sulfúrico e outros.

Sustentam que os produtos fabricados pelas Recuperandas PMA são utilizados em todo o Brasil (mercado interno) e exportados para todo o mundo (mercado externo), encontrando-se listados como grade A (patamar máximo) na *London Metal Exchange*, plataforma responsável para a consulta de empresas que lidam com compra e venda de metais industriais, como cobre, zinco, alumínio, chumbo, estanho e níquel.

Com a expansão de suas atividades, as Recuperandas possuem atualmente três unidades fabris, sendo:

- A unidade localizada em Santo André (SP) que congrega as decisões executivas do grupo e é responsável pela fabricação de cobre e suas ligas, como laminados, tubos e barras;
- A unidade localizada em Serra (ES) que produz conexões de cobre;
- A unidade localizada em Dias D’Ávila (BA) em que são produzidos ânodos, cátodos, fios e vergalhões, além de coprodutos de cobre decorrentes do processo fabril, como lama anódica e ácido sulfúrico.

De acordo com a petição inicial, a Recuperanda Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. (“CDPC”), com unidades em São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, funciona como braço comercial da PMA, cuja atividade principal é de logística de distribuição de produtos.

Já a Paraibuna Agropecuária Ltda (“Paraibuna”) possui sede social em Santo André/SP e, de acordo com a petição inicial, detém importantes ativos que poderão servir de garantia a financiamentos ao Grupo PMA.

A PMA é uma sociedade anônima de capital aberto listada na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão – “B3”) há aproximadamente 50 anos, com o código PMAM3 no Novo Mercado. Já a CDPC e a Paraibuna são controladas pela PMA em razão dos percentuais de titularidade de suas quotas, 100% e 99,984% respectivamente.

A base acionária da PMA é composta por:²

| BASE ACIONÁRIA | |
|--|---------|
| Acionista | %Total |
| YAP INVESTIMENTOS LTDA | 14,8538 |
| CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | 8,7416 |
| GOLDMAN SACHS INTERNATIONAL | 6,9401 |
| SERENITY BR FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES | 5,3334 |
| MINERAÇÃO BURITIRAMA S.A. | 4,6670 |
| SILVIO TINI DE ARAUJO | 4,0848 |
| LUIZ BARSÍ FILHO | 4,8986 |
| GLENCORE INTERNATIONAL INVESTMENTS LTD. | 3,0981 |
| BONSUCEX HOLDING S.A. | 2,7732 |
| TESOURARIA | 0,002 |
| OUTROS | 44,6074 |

Destaca-se que, seu Conselho de Administração é composto por 7 (sete) membros titulares. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de dois anos, sendo permitida a reeleição³.

| | |
|--|---|
| Conselho de Administração O Conselho de Administração é composto por sete membros titulares, sendo seis independentes, e dois suplentes. Suas atribuições são definidas no Estatuto Social e reguladas pelo Regimento Interno, incluindo a definição da orientação geral dos negócios da Companhia, com o estabelecimento de objetivos estratégicos de médio e longo prazos, contemplando os interesses dos acionistas, colaboradores e clientes. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de dois anos, sendo permitida a reeleição. As reuniões do Conselho de Administração ocorrem ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocadas por seu Presidente ou por qualquer dos seus membros em caso de necessidade. | |
| Marcelo Adilson Tavarone Torresi | + |
| Rafael de Oliveira Moraes | + |
| Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno | + |
| Maria Gustavo Heller Britto | + |
| Marcelo Munhoz Auricchio | + |
| Ricardo Vieira Coutinho | + |
| Rafael Gorenstein | + |
| Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes | + |
| Fábio Gallo Garcia | + |

Ademais, detém as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas:

² Disponível em: <https://ri.paranapanema.com.br/governanca/composicao-acionaria/> Acesso em: 29.set.2025

³ Disponível em: <https://ri.paranapanema.com.br/governanca/conselho-de-administracao/composicao/> Acesso em: 29.set.2025

| Controladas | 2021 | 2020 |
|---|---------|---------|
| CDPC-Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes. | 100,00% | 99,99% |
| Caraíba Incorporated Ltd. (*) Empresa com sede nas Ilhas Caimã, constituída em 08 de julho de 2005. | 100,00% | 100,00% |
| Paraibuna Agropecuária Ltda. (*) Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastoris e reflorestamentos. | 99,98% | 99,98% |
| Paranapanema Netherlands B.V. (*) Empresa com sede na cidade de Amsterdam, Holanda, constituída em 09 de abril de 2014 | 100,00% | 100,00% |

Anexo II - Análise Financeira – Informações Financeiras e Operacionais

A análise financeira foi efetuada de acordo com as informações relativas aos meses de setembro a outubro de 2025, prestadas pelas Recuperandas, de forma comparativa ao período anterior.

II.1. Principais Movimentações do Balanço Patrimonial e Indicação das Principais Contas Patrimoniais no Ativo e Passivo (Análise Vertical e Horizontal)

| Balanco Patrimonial (Em milhares R\$) | ago/2025 | set/2025 | out/2025 |
|--|----------------------|----------------------|--------------------|
| A T I V O | 1.578.251 | 1.555.539 | 1.551.198 |
| Ativo Circulante | 371.501 | 339.931 | 340.339 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 843 | 2.140 | 1.868 |
| Aplicações Financeiras | 36.628 | 37.983 | 38.447 |
| Estoques | 261.303 | 231.692 | 229.805 |
| Impostos e Contribuições a Recuperar | 27.951 | 19.629 | 14.696 |
| Outros Ativos Circulantes | 10.554 | 9.774 | 19.442 |
| Despesas Antecipadas | 16.289 | 15.145 | 29.503 |
| Ativo Não Circulante | 1.206.750 | 1.215.608 | 1.210.859 |
| Contas a Receber de Clientes | 276 | 1.207 | 1.195 |
| Impostos e Contribuições a Recuperar | 20.344 | 20.371 | 20.345 |
| Ativos Mantidos a Venda | - | - | - |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 278 | 278 | 278 |
| Depósitos de Demandas Judiciais | 200.025 | 201.904 | 203.769 |
| Outros Ativos Não Circulantes | 51.603 | 63.134 | 63.133 |
| Despesas Antecipadas | 23.719 | 23.061 | 23.061 |
| Direito de Uso de Ativo | 4.524 | 5.500 | 5.164 |
| Investimentos | - | - | - |
| Outros Investimentos | 25.463 | 25.463 | 25.463 |
| Ativo Imobilizado | 877.598 | 871.828 | 865.647 |
| Ativo Intangível | 2.920 | 2.862 | 2.804 |
| P A S S I V O | 1.578.251 | 1.555.613 | 1.551.198 |
| Passivo Circulante | 6.481.098 | 6.470.854 | 6.676.665 |
| Fornecedores | 829.287 | 736.600 | 707.807 |
| Operações com Forfaiting e Cartas de Crédito - PC | 14.236 | 9.611 | 10.709 |
| Arrendamento Mercantil | 2.553 | 3.508 | 3.295 |
| Empréstimos e Financiamentos | 4.747.359 | 4.768.657 | 4.900.296 |
| Salários e Encargos Sociais | 112.031 | 141.893 | 220.911 |
| Impostos e Contribuições a Recolher | 639.639 | 676.530 | 705.882 |
| Adiantamentos de Clientes | 76.211 | 74.336 | 68.170 |
| Outros Passivos Circulantes | 59.782 | 59.719 | 59.595 |
| Passivo Não Circulante | 1.846.523 | 1.864.849 | 1.834.893 |
| Fornecedores | 130.373 | 153.424 | 151.728 |
| Operações com Forfaiting e Cartas de Crédito - PNC | 5.619 | 5.264 | 5.189 |
| Arrendamento Mercantil | 1.971 | 2.010 | 1.869 |
| Empréstimos e Financiamentos | 549.805 | 536.321 | 527.878 |
| Provisão para Demandas Judiciais | 1.017.963 | 1.021.497 | 1.026.140 |
| Salários e Encargos Sociais - PNC | 10.968 | 10.654 | 10.497 |
| Impostos e Contribuições a Recolher - PNC | 60.800 | 67.073 | 43.004 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 54.717 | 54.564 | 54.412 |
| Outros Passivos Não Circulantes | 14.307 | 14.042 | 14.176 |
| Patrimônio Líquido | - 6.749.370 - | - 6.780.088 - | - 6.960.358 |
| Capital Social | 2.189.498 | 2.186.685 | 2.240.263 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 106.216 | 105.918 | 105.624 |
| Ações em Tesouraria | - 741 - | 741 - | 741 |
| Prejuízos Acumulados | - 8.558.332 - | 8.558.034 - | 8.557.740 |
| Resultado no Exercício | - 480.635 - | 513.916 - | 747.764 |

II.1.1. Evolução do Ativo Total



O **Ativo** soma a importância próxima de R\$ 1,6 bilhão, em outubro de 2025, com redução de 1,7% em relação ao mês de agosto de 2025.

Os **Estoque**s diminuíram em R\$ 31,5 milhões em relação ao mês de agosto, totalizando R\$ 230 milhões em outubro de 2025, sendo compostos pelas seguintes rubricas:

⁴ O gráfico está apresentado em milhares R\$.

| | agosto/2025 | setembro/2025 | outubro/2025 |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| *** Estoques - AC | 261.303.416 | 231.691.519 | 229.805.306 |
| ** Produtos acabados | 33.601.829 | 31.538.500 | 19.423.628 |
| 11191001 Produtos Acabados | 33.601.829 | 30.788.244 | 19.423.628 |
| ** Produtos em processo | 131.820.842 | 52.355.924 | 37.513.401 |
| 11191002 Produtos Semi Acabados | 22.542.596 | 19.700.145 | 16.495.598 |
| 11191011 Produtos em Elaboração - Wi | 108.583.698 | 31.289.251 | 20.424.043 |
| 11191031 Produtos Sobras | 694.549 | 1.366.527 | 593.760 |
| ** Matérias-primas | 63.882.913 | 116.406.691 | 136.040.633 |
| 11191003 Matérias Primas | 13.000.714 | 18.123.302 | 18.912.991 |
| 11191005 Materiais de terceiros em n | - 155.058.389 - | 120.259.740 - | 84.991.850 |
| 11191007 Sucatas e Resíduos | 206.622.270 | 219.239.932 | 203.141.186 |
| 11191012 Transitória - Estoques de t | 19.620.660 - | 28.899.200 - | 67.405.306 |
| 11191013 Transitória - Estoques de t | - 19.620.660 | 28.899.200 | 67.405.306 |
| 11191017 Variação Cambial de Adto Fo | - 18.122 - | 35.145 | 1.496 |
| 11220001 Provisão para Ajustes de In | - 470.059 - | 468.158 - | 829.689 |
| 11220006 Provisão p/ ajuste vr de Me | - 193.500 - | 193.500 - | 193.500 |
| ** Importações em andamento | 68.727 | 114.070 | 36.913 |
| 11201002 Importações em andamento - | 68.727 | 102.608 | 43.946 |
| ** Materiais de manutenção e outros | 66.708.063 | 66.279.694 | 67.209.315 |
| 11191004 Almox - Mats sec./insumos d | 65.866.001 | 65.462.880 | 66.499.689 |
| 11191009 Materiais de Embalagem | 827.282 | 802.034 | 694.847 |
| 11191029 Estoques de Terceiros | 15.360 | 15.360 | 15.360 |
| 11220005 Provisão p/ ajuste vr de Me | - 581 - | 581 - | 581 |
| ** Materiais para revenda - Estoque | 131.662 | 131.662 | 131.662 |
| 11191008 Materiais para Revenda | 131.662 | 131.662 | 131.662 |
| 11191018 Resíduos para venda | - | - | - |
| ** Adiantamentos a fornecedores p/compra | 1.145.802 | 916.235 | 5.501.010 |
| 11191010 Adiantamentos a fornec - E | 1.145.802 | 916.235 | 5.501.010 |
| ** Perda estimada do valor recuperável | - 36.056.421 - | 36.051.256 - | 36.051.256 |
| 11220002 Provisão para perdas - Mate | - 36.056.421 - | 36.051.256 - | 36.051.256 |

Os **Impostos e Contribuições a Recuperar**, apresentaram redução de R\$ 13,2 milhões no período, classificados no Ativo Circulante e Não Circulante, totalizando R\$ 35 milhões em outubro de 2025, representando 2,3% do total de Ativos.

| Impostos e Contribuições a Recuperar - AC | ago/2025 | set/2025 | out/2025 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| IRRF | 213.722 | 250.921 | 253.764 |
| I.R.R.F - sobre Aplic.Financeiras | 213.722 | 250.921 | 253.764 |
| IR e CS antecipados | 1.674.810 | 1.677.485 | 1.677.485 |
| I.R.P.J - Antecipações Mensais | 1.227.772 | 1.229.210 | 1.229.210 |
| C.S.L.L - Antecipações Mensais | 447.038 | 448.276 | 448.276 |
| PIS | 331.689 | 207.875 | 188.498 |
| Pis não cumulativo a crédito | 331.689 | 207.875 | 188.498 |
| COFINS | 10.145.186 | 7.579.007 | 5.492.695 |
| Cofins sobre Faturamento a | 8.629.292 | 6.725.065 | 4.727.994 |
| Cofins não cumulativo a cre | 1.515.895 | 853.941 | 764.700 |
| ICMS | 9.587.289 | 3.804.955 | 1.055.604 |
| Icms s/ Mercadorias em Tran | 284.949 | 274.883 | 274.406 |
| Icms s/ Outras Operações | 117.650 | 117.650 | 117.650 |
| Icms a Compensar - Saldo cr | 9.184.690 | 3.412.422 | 663.548 |
| IR e CS a ser restituído | 861.575 | 865.084 | 873.505 |
| I.R.P.J - Saldo negativo a | 819.963 | 819.963 | 828.842 |
| C.S.L.L - Saldo negativo a | 41.612 | 45.121 | 44.663 |
| Impostos ativo imobilizado | 1.604.650 | 1.671.228 | 1.601.423 |
| Icms sobre bens Imobilizados | 581.783 | 669.539 | 654.290 |
| PIS sobre bens imobilizados | 182.473 | 178.694 | 168.961 |
| COFINS sobre bens imobilizados | 840.394 | 822.995 | 778.173 |
| IPI | 488.725 | 518.521 | 489.184 |
| Ipi s/ Outras Operações | 478.702 | 508.498 | 479.161 |
| Ipi Ressarcimento | 10.023 | 10.023 | 10.023 |
| Reintegra | 1.167.556 | 1.173.328 | 1.177.980 |
| Reintegra - Decreto 7633 | 1.167.556 | 1.173.328 | 1.177.980 |
| Outros | 1.876.060 | 1.880.684 | 1.885.546 |
| Outros Impostos a Recuperar | 1.876.060 | 1.880.684 | 1.885.546 |
| Total [em R\$] | 27.951.261 | 19.629.089 | 14.695.685 |

| Impostos e Contribuições a Recuperar - ANC | ago/2025 | set/2025 | out/2025 |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| IR e CS a ser restituído - ANC | 10.276.845 | 10.276.845 | 10.276.845 |
| I.R.P.J - saldo negativo a | 10.276.845 | 10.276.845 | 10.276.845 |
| Impostos ativo imobilizado - ANC | 1.238.611 | 1.225.660 | 1.156.190 |
| Icms sobre bens Imobilizado | 479.897 | 454.183 | 426.113 |
| Pis sobre bens imobilizados | 135.338 | 137.615 | 130.230 |
| Cofins sobre bens imobiliza | 623.376 | 633.862 | 599.847 |
| Reintegra - ANC | 19.105.045 | 19.145.720 | 19.188.388 |
| Reintegra - Decreto 7633 | 19.105.045 | 19.145.720 | 19.188.388 |
| Provisão para Perdas | -10.276.845 | -10.276.845 | -10.276.845 |
| Total [em R\$] | 20.343.656 | 20.371.380 | 20.344.578 |

O **Imobilizado** é o principal Ativo do Grupo (55,8%), no valor de R\$ 865,6 milhões, cuja composição está apresentada a seguir. Ainda, nota-se que o Imobilizado pertence à **Paranapanema S.A.** se verifica o reconhecimento de depreciação mensal. A composição do saldo segue apresentada abaixo:

| | agosto/2025 | setembro/2025 | outubro/2025 |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| *** Ativo imobilizado | 877.597.963 | 871.827.778 | 865.646.869 |
| ** Histórico Corrigido | 2.606.098.745 | 2.607.341.585 | 2.608.113.169 |
| * Terrenos | 119.685.246 | 119.685.246 | 119.685.246 |
| 13041001 Valor Original - Terrenos | 3.665.652 | 3.665.652 | 3.665.652 |
| 13051008 Reavaliação - Terrenos IFRS | 116.019.594 | 116.019.594 | 116.019.594 |
| * Edificações | 357.743.719 | 357.743.719 | 357.743.719 |
| 13041004 Valor Original - Edificação | 289.662.015 | 289.662.015 | 289.662.015 |
| 13051009 Reavaliação - Edificações / | 68.081.704 | 68.081.704 | 68.081.704 |
| * Benfeitorias | 2.703.032 | 2.703.032 | 2.703.032 |
| 13041003 Valor Original - Benfeitori | 473.223 | 473.223 | 473.223 |
| 13041017 Valor Original - Benfeitori | 1.298.352 | 1.298.352 | 1.298.352 |
| 13051002 Reavaliação - Benfeitorias | 931.457 | 931.457 | 931.457 |
| * Instalações | 60.934.628 | 60.934.628 | 60.934.628 |
| 13041006 Valor Original - Instalação | 62.593.965 | 62.593.965 | 62.593.965 |
| 13051010 Reavaliação - Instalações I | - 1.659.337 - | - 1.659.337 - | - 1.659.337 |
| * Aterro Industrial | 20.882.036 | 20.882.036 | 20.882.036 |
| 13041021 Aterro Industrial | 20.882.036 | 20.882.036 | 20.882.036 |
| * Máquinas e equipamentos | 1.763.246.196 | 1.763.246.196 | 1.763.246.196 |
| 13041007 Valor Original - Maquinas e | 1.497.498.799 | 1.497.498.799 | 1.497.498.799 |
| 13041011 Valor Original - Ferramenta | 1.346.189 | 1.346.189 | 1.346.189 |
| 13041019 Gastos com Parada de manute | 101.019.111 | 101.019.111 | 101.019.111 |
| 13051011 Reavaliação - Maquinas e Eq | 163.382.097 | 163.382.097 | 163.382.097 |
| * Veículos | 1.073.459 | 1.073.459 | 1.073.459 |
| 13041012 Valor Original - Veículos | 1.073.459 | 1.073.459 | 1.073.459 |
| * Móveis e Utensílios | 87.238.934 | 87.238.934 | 87.238.934 |
| 13041008 Valor Original - Móveis e U | 77.071.168 | 77.071.168 | 77.071.168 |
| 13041009 Valor Original - Equipament | 10.134.232 | 10.134.232 | 10.134.232 |
| 13051007 Reavaliação - Equipamento d | 33.534 | 33.534 | 33.534 |
| * Imobilizado em andamento | 184.527.102 | 185.851.820 | 186.789.081 |
| 13042000 Valor Original - Imobilizad | 182.428.839 | 183.817.167 | 184.460.173 |
| 13042001 Importações em Andamento - | 207.432 | 202.593 | 202.310 |
| 13042002 Valor Original - Adiantamen | 1.882.688 | 1.858.292 | 2.131.880 |
| 13042003 Adiantamentos a Fornecedore | 342.664 | 41.829 | 13.768 |
| 13042004 Transitória Adto.Ativos | - 342.664 - | 41.829 - | 13.768 |
| 13042005 Variação Cambial Adto Forn | 8.143 - | 26.233 - | 5.282 |
| * Peças Sobressalentes | 8.064.392 | 7.982.514 | 7.816.838 |
| 11191028 Peças de reposição - Imobil | 8.888.765 | 8.806.887 | 8.641.210 |
| 11220009 Provisão para perdas - Peça | - 824.373 - | 824.373 - | 824.373 |
| ** Depreciação Acumulada | - 1.728.500.782 - | - 1.735.513.807 - | - 1.742.466.301 |

Os **Outros Investimentos** não apresentaram movimentação no período, permanecendo com R\$ 25,5 milhões até o mês de outubro de 2025.

II.1.2. Evolução do Passivo Total (Endividamento Total)

O **Endividamento** perfaz R\$ 8,5 bilhões no mês de outubro de 2025, sendo os grupos mais representativos: **Empréstimos e Financiamentos**, somados curto e longo prazos (R\$ 5,4 bilhões); **Provisão para Demandas Judiciais** (R\$ 1 bilhão); **Fornecedores** (R\$ 860 milhões).



A seguir, a segregação do endividamento concursal e extraconcursal, de acordo com o controle enviado pelo Grupo.

| PASSIVO | 31/10/2025 | | |
|--|--------------------|----------------|--------------------|
| | Total | Concursal | Não Concursal |
| Fornecedores | 707.807 | 75.697 | 632.110 |
| Operações com forfaiting e cartas de crédito | 10.709 | 5.137 | 5.572 |
| Passivo de Arrendamento | 3.295 | - | 3.295 |
| Empréstimos e financiamentos | 4.900.296 | 708 | 4.899.588 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | - |
| Salários e encargos sociais | 220.911 | 4.018 | 216.893 |
| Impostos e contribuições a recolher | 705.882 | - | 705.882 |
| Passivos relacionados a contratos de clientes | 68.170 | - | 68.170 |
| Outros passivos circulantes | 59.595 | 15.434 | 44.161 |
| Total do passivo circulante | 6.676.665 | 100.994 | 6.575.671 |
| Fornecedores | 151.728 | 126.208 | 25.520 |
| Operações com forfaiting e cartas de crédito | 5.189 | 4.680 | 509 |
| Passivo de Arrendamento | 1.869 | - | 1.869 |
| Empréstimos e financiamentos | 527.878 | 576 | 527.302 |
| Salários e encargos sociais | 10.497 | 210 | 10.287 |
| Impostos e contribuições a recolher | 43.004 | - | 43.004 |
| Provisão para demandas judiciais | 1.026.140 | 118.671 | 907.469 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 54.412 | - | 54.412 |
| Outros passivos não circulantes | 14.176 | 12.819 | 1.357 |
| Total do passivo não circulante | 1.834.893 | 263.164 | 1.571.729 |
| Total do passivo | 8.511.558 | 364.158 | 8.147.400 |
| Capital social | 2.245.638 | - | 2.245.638 |
| Debêntures conversíveis em ação | - | - | - |
| Custo de Capitalização | (5.375) | - | (5.375) |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 105.624 | - | 105.624 |
| Ações em tesouraria | (741) | - | (741) |
| Prejuízos acumulados | (9.305.506) | - | (9.305.506) |
| Patrimônio líquido | (6.960.360) | - | (6.960.360) |
| Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) | (6.960.360) | - | (6.960.360) |
| Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto) | 1.551.198 | 364.158 | 1.187.040 |

No que concerne ao **endividamento fiscal e tributário**, somados no Passivo Circulante e Não Circulante, no mês de outubro de 2025, reduziu em 18,9% quando comparado com o mês de agosto.

⁵ O gráfico está apresentado em milhares R\$.

| Impostos e contrib. a recolher | agosto/2025 | setembro/2025 | outubro/2025 |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| *** Impostos e contrib. a recolher - PC | - 636.117.974 | - 673.007.825 | - 702.348.106 |
| ** Imposto de renda retido na fonte-IRRF | - 1.125.880 | - 1.202.498 | - 1.282.590 |
| 21141003 I.R.R.F s/ Folha de Pagamen | - 1.084.115 | - 1.167.306 | - 1.212.630 |
| 21141005 I.R.R.F s/ Serviços e Outro | - 41.765 | - 35.192 | - 69.960 |
| ** PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre se | - 1.436.521 | - 21.680.784 | - 32.763.179 |
| 21141006 Pis_Cofins_Csll retidos na | - 1.411.079 | - 1.390.750 | - 1.701.434 |
| 21151007 Pis_Cofins_Csll_IRRF na Fon | - 25.442 | - 20.290.035 | - 31.061.745 |
| ** Programa de integração social-PIS | - 74 | - 711.904 | - 1.059.163 |
| 21131001 Pis - Apuração | - 74 | - 137 | - 51.380 |
| 21151004 Pis não Cumulativo a recolh | - | - 711.766 | - 1.007.784 |
| ** Contr. p/financ. da seguridade social | - 454 | - 3.380.291 | - 5.224.407 |
| 21131002 Cofins - Apuração | - 454 | - 830 | - 237.581 |
| 21151005 Cofins não Cumulativo a rec | - | - 3.379.461 | - 4.986.826 |
| ** Imposto s/circulação de mercadorias e | - 15.901.790 | - 15.532.658 | - 16.463.967 |
| 21111001 Icms - Apuração | - 142.471 | - 1.214.285 | - 2.650.799 |
| 21111002 Icms - Transferência entre | - 653.291 | - 665.366 | - 658.655 |
| 21111003 Icms - Substituição tributá | - 791.409 | - 763.946 | - 855.789 |
| 21111004 ICMS - Parcelamento | - 3.377.517 | - 3.809.334 | - 4.004.905 |
| 21111005 Icms - Apuração Protocolo 6 | - 76.437 | - 50.126 | - 61.481 |
| 21151001 I.C.M.S a recolher | - 4.125.055 | - 4.392.207 | - 5.927.166 |
| 21191001 Icms s/ Mercadorias em Tran | - 8.042.192 | - 5.968.125 | - 3.622.481 |
| ** Imposto sobre serviços - ISS | - 6.314.611 | - 6.291.689 | - 8.501.661 |
| 21141002 ISS Retido na Fonte - Apura | - 79.666 | - 51.940 | - 41.050 |
| 21151003 I.S.S a recolher | - 6.234.945 | - 6.239.749 | - 8.460.611 |
| ** Impostos sobre produtos industrializa | - 620.872 | - 7.206.807 | - 9.183.157 |
| 21121001 IPI - Apuração | - 620.872 | - 673.330 | - 598.616 |
| ** Outros Imp e Contrib | - 610.717.774 | - 617.001.194 | - 627.869.983 |
| 21141009 Outros Impostos e Taxas - A | - 536.845.199 | - 545.523.242 | - 554.650.149 |
| 21141010 Outros Impostos - Parcelame | - 19.750.327 | - 22.731.464 | - 10.072.040 |
| 21141013 Encargos Proc Trabalhistas | - 4.827.919 | - 1.236.959 | - 1.419.435 |
| 21151010 Imposto Predial e Territori | - 25.294.582 | - 25.375.050 | - 33.357.712 |
| 21151011 Contribuição sindical da Em | - 21.502 | - 21.502 | - 21.502 |
| 21151012 Contribuição sindical dos e | - 169.133 | - 92.392 | - 142.138 |
| 21151013 Contribuição Sindical Confe | - | - | - |
| 21151014 Outros Impostos e Taxas | - 23.809.111 | - 22.020.587 | - 28.207.008 |
| *** IR e CS a recolher - PC | - 3.520.842 | - 3.522.472 | - 3.533.730 |
| 21151006 I.Renda e CSLL a recolher | - 1.843.357 | - 1.850.963 | - 1.853.375 |
| 21221001 Provisão de Imposto de Rend | - 1.229.210 | - 1.224.286 | - 1.230.261 |
| 21221002 Provisão da Contribuição So | - 448.276 | - 447.223 | - 450.094 |
| *** IR e CS diferidos devedor - PNC | - 54.717.139 | - 54.563.808 | - 54.412.198 |
| 21212004 Impostos sobre reserva de r | - 54.717.139 | - 54.563.808 | - 54.412.198 |
| *** Impostos e contrib. a recolher - PNC | - 60.800.272 | - 67.073.333 | - 43.004.374 |
| ** Imposto s/circulação de mercadorias e | - 16.497.364 | - 15.532.658 | - 16.463.967 |
| 22131001 Icms a Recolher - Parcelado | - 16.497.364 | - 19.706.314 | - 20.037.622 |
| ** Outros | - 44.302.909 | - 31.861.357 | - 19.916.012 |
| 22141010 Outros Impostos - Parcelame | - 44.302.909 | - 43.231.231 | - 18.302.385 |
| 22141013 Encargos Proc Trabalhistas | - | - 4.135.788 | - 4.664.368 |
| *** Provisão demandas judiciais - PNC | - 1.017.963.412 | - 1.021.497.143 | - 1.026.140.329 |
| ** Trabalhistas | - 218.066.528 | - 215.968.841 | - 213.868.832 |
| 22231002 Contingencias Trabalhista | - 224.036.386 | - 221.517.916 | - 219.168.631 |
| 22231022 Depósitos Judiciais - Conti | - 5.969.858 | - 5.549.075 | - 5.299.799 |
| ** Tributárias | - 619.560.640 | - 622.455.689 | - 625.375.639 |
| 22231001 Contingencias Fiscais | - 619.560.640 | - 622.455.689 | - 625.375.639 |
| ** Previdenciárias | - 37.878.425 | - 38.082.140 | - 38.297.443 |
| 22231012 Contingencias Fiscais - I.N | - 37.878.425 | - 38.082.140 | - 38.297.443 |
| ** Cíveis | - 142.457.820 | - 144.990.473 | - 148.598.415 |
| 22231003 Contingencias Cíveis | - 142.457.820 | - 144.990.473 | - 148.598.415 |
| *** IR e CS diferidos devedor - PNC | - 54.717.139 | - 54.563.808 | - 54.412.198 |
| 21212004 Impostos sobre reserva de r | - 54.717.139 | - 54.563.808 | - 54.412.198 |

II.1.3 Patrimônio Líquido

O **Patrimônio Líquido**, no mês de outubro de 2025, foi **negativo** em R\$ 6,9 bilhões.

II.2. Análise da DRE – Demonstração de Resultado

| DRE MENSAL (Em milhares R\$) | ago/25 | set/25 | set/2025 | out/25 | 2025 |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| Receita Bruta de Vendas | 59.391 | 80.816 | 80.816 | 62.851 | 615.014 |
| (-) Impostos e Deduções | - 11.415 | - 15.238 | - 15.238 | - 11.174 | - 116.887 |
| Receita Líquida de Vendas | 47.976 | 65.578 | 65.578 | 51.677 | 498.127 |
| (-) Custo dos Produtos Vendidos | - 60.936 | - 71.011 | - 71.011 | - 62.826 | - 613.733 |
| Lucro Bruto | - 12.960 | - 5.433 | - 5.433 | - 11.149 | - 115.606 |
| Despesas Operacionais | - 5.304 | 1.447 | 1.010 | - 32.939 | - 135.333 |
| Despesas Comerciais | - 690 | - 464 | - 470 | - 748 | - 7.206 |
| Gerais e Administrativas | - 6.043 | - 4.695 | - 4.852 | - 6.719 | - 56.701 |
| Honorários da Administração | - 581 | - 642 | - 642 | - 673 | - 5.764 |
| Equivalência Patrimonial | - | 337 | - | - | - |
| Participação dos Empregados e Administradores | - 522 | 1.749 | 1.749 | - 957 | - 5.155 |
| Outras Despesas | 593 | - 2.230 | - 2.230 | - 24.347 | - 83.325 |
| Outras Receitas | 1.939 | 7.392 | 7.455 | 505 | 22.818 |
| Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro | - 18.264 | - 3.986 | - 4.423 | - 44.088 | - 250.939 |
| Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas | 55.053 | - 87.722 | - 79.249 | - 146.853 | - 858.185 |
| Variação Cambial Líquida | 81.518 | 50.159 | 50.159 | 30.614 | 372.233 |
| Lucro (Prejuízo) Antes do IR e CSLL | 118.307 | - 41.549 | - 33.513 | - 221.555 | - 736.891 |
| IRPJ e CSLL Corrente | - 2 | 2.726 | 6 | 9 | - 1.679 |
| IRPJ e CSLL Diferidos | 153 | 381 | 113 | - 12.251 | - 9.274 |
| Lucro (Prejuízo) do Exercício | 118.458 | - 2.106 | - 33.394 | - 233.815 | - 747.844 |

No acumulado de 2025, até o mês de outubro, o Grupo auferiu **Receita Líquida** de R\$ 498,1 milhões.

Os **Custos** até o mês de outubro de 2025, somaram R\$ 613,7 milhões, consumindo **123% da Receita Líquida**, resultando em margem bruta negativa.

As **Despesas Operacionais** totalizavam R\$ 135 milhões no acumulado de 2025, sendo as **Despesas Administrativas** as mais representativas, com R\$ 57 milhões.

Apurou-se, até outubro de 2025, **Resultado Financeiro Negativo** em R\$ 250,4 milhões.

- Verifica-se que, no mês de outubro de 2025, a rubrica de **Variação Cambial** registrou resultado positivo em **R\$ 372,2 milhões**. Entretanto, a rubrica de **Receitas/Despesas Financeiras** apresentou resultado negativo de **R\$ 859 milhões**. Sendo assim, a diferença entre os valores, perfaz o resultado negativo mensurado anteriormente.

- Observou-se que nos meses de setembro e outubro de 2025, a Recuperanda apresentou suas Demonstrações de Resultado mensais, porém foi observada diferença no resultado, somando-se o montante de R\$73 mil reais no mês de setembro, o que requer esclarecimentos e a representação das citadas Demonstrações.

Desta forma, o Grupo apurou, em outubro de 2025, **prejuízo líquido na ordem de R\$ 234 milhões**.



II.3. Análise por meio de Índices, Indicadores e Instrumentos Financeiros

| Índices de Liquidez | mai/25 | jun/25 | jul/25 | ago/25 | set/25 | out/25 |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Liquidez Imediata | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 |
| Liquidez Seca | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 |
| Liquidez Corrente | 0,06 | 0,05 | 0,05 | 0,06 | 0,05 | 0,05 |
| Liquidez Geral | 0,08 | 0,08 | 0,08 | 0,08 | 0,04 | 0,04 |
| Índices de Estrutura de Capitais | mai/25 | jun/25 | jul/25 | ago/25 | set/25 | out/25 |
| Endividamento | -1,23 | -1,23 | -1,23 | -1,23 | -1,23 | -1,22 |
| Composição do Endividamento | 0,78 | 0,78 | 0,78 | 0,78 | 0,78 | 0,78 |
| Imobilização dos Recursos Não Correntes | -0,19 | -0,19 | -0,18 | -0,19 | -0,25 | -0,24 |
| Instrumentos Financeiro | mai/25 | jun/25 | jul/25 | ago/25 | set/25 | out/25 |
| Capital Circulante Líquido | -6.043.718,00 | -6.047.829,00 | -6.261.852,00 | -6.109.597,00 | -6.130.923,00 | -6.336.326,00 |

II.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

| PARANAPANEMA S.A. | |
|--|-----------------|
| Fluxo de Caixa - Legislação Societária - (Valores em milhares de Reais) | |
| | 2025 |
| Resultado do exercício/período antes do IR | -736.980 |
| Atividades Operacionais | |
| Itens que não afetam as disponibilidades | |
| Valor residual de ativo permanente baixado | 0 |
| Depreciação e amortização | 72.454 |
| Amortização Direito de uso Ativo | 4.956 |
| Equivalência Patrimonial | -375 |
| Provisões (Reversões) perda estimada do valor recuperável | -11.936 |
| Provisões (Reversões) de outras perdas estimadas | 23.844 |
| Provisões (Reversões) para perdas demandas judiciais | 20.852 |
| Baixa de ativos e passivos não-circulantes | 0 |
| Ajuste a valor presente - Clientes e Fornecedores | 506 |
| Perdas (Ganhos) Encargos financeiros | 359.325 |
| Provisões (Reversões) para patrimônio líquido negativo | 0 |
| Provisão Participação Administradores e Empregados | 5.912 |
| Impostos de Renda e contribuição social diferidos | |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 0 |
| Lucro Ajustado | -261.442 |
| (Acréscimo) decréscimo de ativos | |
| Contas a receber de clientes | 6.279 |
| Estoques | 41.935 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 32.849 |
| Despesas antecipadas | -36.802 |
| Depósitos para demandas judiciais | -13.007 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 177 |
| Bens destinados a venda | 544 |
| Outros ativos circulantes e não circulantes | -18.154 |
| Acréscimo (decréscimo) de passivos | |
| Fornecedores | 150.726 |
| Operações Carta de Cred e Forfait | -5.267 |
| Impostos e contribuições a recolher | 10.451 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | |
| Baixas para demandas judiciais | -2.721 |
| Salários e encargos sociais | 126.770 |
| Variação na participação dos minoritários | 0 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 0 |
| Adiantamentos de Clientes | 2.159 |
| Outros passivos circulantes e não circulantes | 20.615 |
| IR e CS a recolher - PC | 0 |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das operações | 55.112 |
| Atividades de investimentos | |
| Dividendos recebidos de empresas controladas | 0 |
| Aplicações financeiras | 0 |
| Recursos obtidos na venda de investimento | 0 |
| Outros Investimentos | 238 |
| Variação de capital de sociedade controlada | 0 |
| Variação na participação dos minoritários | 0 |
| Adições em imobilizado e intangíveis | -12.545 |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | -12.307 |
| Atividades de financiamento | |
| Aumento de capital | 3.618 |
| Ingressos de empréstimos e financiamentos | 363.207 |
| Amortizações de empréstimos e financiamentos | -355.506 |
| Amortizações de encargos financeiros | -50.328 |
| Banco conta vinculada | -4.527 |
| Passivos de Arrendamento | -5.462 |
| Reservas de Lucros | 0 |
| Dividendos | 0 |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | -48.998 |
| (Redução) Aumento nas disponibilidades e valores equivalentes | -6.193 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 6.384 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 0 |
| (Redução) Aumento nas disponibilidades e valores equivalentes | -6.384 |

II.5 Evolução Mensal de Colaboradores

Abaixo, segue a movimentação do quadro de colaboradores relativa aos meses de maio a outubro de 2025, disponibilizada pelas Recuperandas.

| Colaboradores | mai/25 | jun/25 | jul/25 | ago/25 | set/25 | out/25 |
|---------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Saldo Inicial | 1379 | 1378 | 1374 | 1145 | 1061 | 1049 |
| Admissões | 10 | 5 | 4 | 4 | 0 | 0 |
| Demissões | 11 | 9 | 233 | 14 | 21 | 40 |
| Saldo Final | 1378 | 1374 | 1145 | 1135 | 1040 | 1009 |

Anexo III - Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

Em **24 de agosto de 2023**, foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial apresentado nos autos da recuperação judicial às 15h43 (fls. 18712/18774), nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005, em ambos os cenários, cuja ata consta às fls. 18831/18916 dos autos.

A homologação se deu em **16 de novembro de 2023** com ressalvas, sendo a r. decisão publicada em 22 de novembro de 2023.

Em 23 de agosto de 2024 foi apresentado o 1º aditamento do plano de recuperação judicial, às fls. 25859/25889, em 26 de setembro de 2024 foi retificado (fls.27679/27683), limitando a alteração do plano somente em relação a Classe III, mantendo inalterada em relação as demais Classes.

Em 30 de setembro de 2024, foi aprovado o 1º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, em ambos os cenários (fls. 27763/27840). Homologado em 13/11/2024, fls. 29342/29345.

Em 18 de outubro de 2024, foi apresentado o 2º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, às fls. 27929/27940, que será colocado em votação em Assembleia Geral de Credores designadas para os dias 14/11/2024 (primeira convocação) e 22/11/2024 (segunda convocação), ambas às 11h, com início do credenciamento às 9h.

A Assembleia Geral de Credores foi suspensa, com retomada dos trabalhos no dia 16/12/2024, com início às 11h, oportunidade em que foi aprovado nova suspensão, com retomada dos trabalhos em 27/01/2025, restando, também, aprovada a suspensão da exigibilidade das obrigações em face dos credores trabalhistas, até a votação do plano.

Em 27/01/2025 foi aprovado nova suspensão, com retomada dos trabalhos em 14/02/2025, com início às 11h.

Em 17/03/2025 o 2º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial foi votado e aprovado em Assembleia Geral de Credores.

Às fls. 33410/33417, foi apresentado o 3º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial nos autos da Recuperação Judicial. A Assembleia Geral de Credores em 1ª Convocação não foi instalada por ausência de quórum (fls. 35576/35597). Na 2ª Convocação, houve aprovação da suspensão dos conclaves, sendo designada a continuação para o dia 24/10/2025 (conforme a Ata da AGC às fls. 35761/35944).

O 3º Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial – fls. 36495/36588 foi aprovado, conforme a Ata da AGC às fls. 36630/36727 dos autos principais, oportunidade em que esta Auxiliar apresentou a principais alterações e realizou controle de legalidade.

O 3º Modificativo ao PRJ foi homologado pelo D. Juízo por meio da r. decisão de fls.38.242/38.244, proferida em 04/12/2025:

“...HOMOLOGO o 3º Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial acostado às fls. 36495/36588, mantendo-se as ressalvas realizadas por ocasião da homologação do 2º aditivo, as quais se encontram sub judice perante o E. TJSP, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2316714-54.2025.8.26.0000 (fls.36145/36147), e concedo o prazo de 30 (trinta) dias para comprovação da regularidade fiscal das Recuperandas, sob pena de suspensão da homologação, com possibilidade de retomada das execuções e cumprimentos de sentença em face das Recuperandas...”

No que tange à prestação de contas apresentada pelas Recuperandas às fls.30208/30558, esta Administradora Judicial constatou que o valor pago deveria ter sido distribuído de acordo com o limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos, o que não ocorreu.

Dessa forma, pende esclarecimentos pelas Recuperandas, também nos autos do processo principal, sobre a divergência apontada, além de intimação dos credores que receberam valor a maior, para que devolvam os valores superiores a R\$198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais).

III.1. Da Proposta de Pagamento

A seguir, demonstramos o resumo das formas de pagamentos constantes no Aditivo ao Plano de Recuperação, por classe, aprovada pelos credores em Assembleia Geral de Credores.

REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS

4.1. Créditos Trabalhistas: O pagamento dos Créditos Trabalhistas observará o disposto neste Capítulo.

4.2. Pagamento dos Créditos Trabalhistas Incontroversos. Os Créditos Trabalhistas Incontroversos serão pagos, nos termos do art. 54, caput, da Lei de Recuperação de Empresas, da seguinte forma: 4.2.1. Pagamento de Créditos Trabalhistas Incontroversos estritamente salariais. Os Créditos Trabalhistas Incontroversos que derivarem exclusivamente de salários atrasados vencidos e não pagos nos três meses anteriores à Data do Pedido serão integralmente pagos, até o limite de 5 salários-mínimos, sem incidência de correção monetária ou juros, em uma única parcela em até 30 (trinta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano ou à data em que se tornarem Créditos Trabalhistas Incontroversos, o que ocorrer por último, nos termos do art. 54, parágrafo 1º, da LFR

4.2.2. Créditos Trabalhistas até 150 Salários-Mínimos. Observado o disposto na Cláusula 4.2.1, os Créditos Trabalhistas Incontroversos até o limite de 150 Salários-Mínimos serão pagos no prazo de até um ano a contar da Homologação Judicial do Plano ou à data em que se tornarem Créditos Trabalhistas Incontroversos, o que ocorrer por último, nos termos do art. 54 da LFRE.

4.2.3. Créditos Trabalhistas superiores a 150 Salários-Mínimos. A diferença entre o valor total do Crédito Trabalhista Incontroverso e o limite de 150 Salários-Mínimos será paga nos termos da Cláusula 6.1.B deste Plano.

4.3. Juros e Correção Monetária. A título de encargos, após a Homologação Judicial do Plano, o valor de cada Crédito Trabalhista conforme Cláusula 4.2.2. acima será corrigido monetariamente pelo IPCA e passará a sofrer a incidência de juros à taxa total de 0,5% (meio por cento) ao ano, e pagos na mesma data.

REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS COM GARANTIA REAL

5.1 Créditos com Garantia Real. Os Credores com Garantia Real terão o pagamento de seus Créditos em 72 (setenta e duas) parcelas mensais a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, a contar da Homologação Judicial do Plano, conforme as porcentagens de amortização abaixo:

| | Mês 1 | Mês 2 | Mês 3 | Mês 4 | Mês 5 | Mês 6 | Mês 7 | Mês 8 | Mês 9 | Mês 10 | Mês 11 | Mês 12 |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|
| Ano 3 | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% |
| Ano 4 | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% | 0,42% |
| Ano 5 | 1,25% | 1,25% | 1,25% | 1,25% | 1,25% | 1,25% | 1,67% | 1,67% | 1,67% | 1,67% | 1,67% | 1,67% |
| Ano 6 | 1,67% | 1,67% | 1,67% | 1,67% | 1,67% | 1,67% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% |
| Ano 7 | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% |
| Ano 8 | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% | 2,08% |

5.2 Juros e Correção Monetária. A título de encargos, após a Homologação Judicial do Plano, o valor dos Créditos com Garantia Real passará a sofrer a incidência de juros e correção monetária à taxa total de (i) 100% (cem por cento) do IPCA, para os Créditos com Garantia Real em Reais; e (ii) 100% (cem por cento) da taxa equivalente ao CPI, para os Créditos com Garantia Real em moeda estrangeira. Os juros e correção monetária serão capitalizados anualmente a partir da Homologação Judicial do Plano e serão pagos mensalmente a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da Homologação Judicial do Plano.

5.3 Amortização Antecipada. Os Credores com Garantia Real poderão antecipar o pagamento das últimas parcelas de seu Crédito Sujeito ao Plano de duas formas complementares e não excludentes entre si, conforme abaixo.

5.3.1 Novos Fornecimentos. Os Credores com Garantia Real poderão antecipar o pagamento das últimas parcelas de seu Crédito Sujeito ao Plano caso, de acordo com a necessidade das Recuperandas por aquele determinado serviço ou insumo, contratem ou renovem os contratos relativos ao fornecimento de bens ou serviços às Recuperandas e desde que os prazos de pagamento previstos nos respectivos contratos sejam iguais ou superiores ao prazo médio praticado nos 12 (doze) meses anteriores à Recuperação Judicial (“Novo(s) Fornecimento(s)”). A amortização antecipada do Crédito Sujeito ao Plano será calculada a partir de uma taxa apurada utilizando como base 100% (cem por cento) do CDI para créditos denominados em reais, ou 100% (cem por cento) da CME SOFR 1M, para créditos denominados em moeda estrangeira, sobre o período de pagamento previsto no respectivo contrato de Novo Fornecimento, de maneira pro rata. A taxa obtida nos termos desta cláusula incidirá sobre o preço total dos Novos

Fornecimentos, e o valor resultante será, a título de amortização antecipada do Crédito Sujeito ao Plano, depositado em adição aos valores devidos no âmbito do Novo Fornecimento na data do pagamento de cada parcela do respectivo contrato de Novo Fornecimento.

REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS

6.1. Créditos Quirografários. Observado o Capítulo 8 do Plano, os Credores Quirografários terão o pagamento de seus Créditos Quirografários da seguinte forma: (A) Pagamento inicial. Pagamento de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) integralmente a cada Credor Quirografário, limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário, em 3 (três) parcelas de igual valor (R\$ 5.000,00), realizadas, respectivamente, em até 9 (nove), 15 (quinze) e 21 (vinte e um) meses a contar da Homologação Judicial do Plano; e (B) Pagamento residual. O saldo remanescente sofrerá um deságio de 50% (cinquenta por cento) e será pago em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da Homologação Judicial do Plano, conforme as porcentagens de amortização abaixo:

| | Mês 1 | Mês 2 | Mês 3 | Mês 4 | Mês 5 | Mês 6 | Mês 7 | Mês 8 | Mês 9 | Mês 10 | Mês 11 | Mês 12 |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|
| Ano 3 | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% |
| Ano 4 | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% | 0,83% |
| Ano 5 | 2,50% | 2,50% | 2,50% | 2,50% | 2,50% | 2,50% | 3,33% | 3,33% | 3,33% | 3,33% | 3,33% | 3,33% |
| Ano 6 | 3,33% | 3,33% | 3,33% | 3,33% | 3,33% | 3,33% | 4,17% | 4,17% | 4,17% | 4,17% | 4,17% | 4,17% |

6.2. Juros e Correção Monetária. A título de encargos, após a Homologação Judicial do Plano, o valor dos Créditos Quirografários passará a sofrer a incidência de juros e correção monetária à taxa total de (i) 100% (cem por cento) do IPCA, para os Créditos Quirografários em Reais; e (ii) 100% (cem por cento) do CPI, para os Créditos Quirografários em moeda estrangeira. Os juros e correção monetária serão capitalizados anualmente a partir da Homologação Judicial do Plano e serão pagos mensalmente a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da Homologação Judicial do Plano.

REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS DE ME E EPP

7.1. Créditos de ME e EPP. Observado o Capítulo 8 do Plano, os Credores ME e EPP terão o pagamento de seus Créditos ME e EPP da seguinte forma: (A) Pagamento inicial. Pagamento de até R\$ 11.000,00 (onze mil reais) integralmente a cada Credor de ME e EPP, limitado ao valor do respectivo Crédito de ME e EPP, em até 12 (doze) meses a contar da Data de Homologação; e (B) Pagamento residual. O saldo remanescente será pago em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas a partir do

25º (vigésimo quinto) mês, a contar da Homologação Judicial do Plano.

7.2. Juros e Correção Monetária. A título de encargos, após a Homologação Judicial do Plano, o valor dos Créditos ME e EPP passará a sofrer a incidência de juros e correção monetária à taxa total de 100% (cem por cento) do IPCA, com pagamentos mensais a partir do 13º (décimo terceiro) mês após 12 (doze) meses de carência contados da Homologação Judicial do Plano. Os juros e correção monetária serão capitalizados anualmente e estarão incluídos no pagamento previsto na Cláusula 7.1.B.

No que concerne as ressalvas, quando da homologação do PRJ, às fls.20.047/20.074, constam sintetizadas a seguir.

i. **DATA DO PAGAMENTO - CLÁUSULA 3.6.**

“[...] Logo, a data do pagamento não deverá exceder o prazo preconizado no artigo 54 da lei Recuperacional, ou seja, um ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho, razão pela qual fica alterada tal cláusula quanto a esse tópico.”

ii. **COMPENSAÇÃO - CLÁUSULA 3.7**

“[...] necessária a delimitação da cláusula 3.7 do plano para permitir a compensação dos créditos somente se ambos forem anteriores ao ajuizamento do pedido de recuperação ou se tiverem surgido após a propositura da demanda, observando se, evidentemente, a novação recuperacional.”

iii. **INÍCIO DO PAGAMENTO DOS CREDORES - Cláusula 3.10**

“[...] excluo da Cláusula 3.10 a previsão de redistribuição proporcional do montante total a ser pago no caso de alteração substancial do valor devido em qualquer classe.”

iv. **CRÉDITOS TRABALHISTAS ATÉ 150 SALÁRIOS-MÍNIMOS - CLÁUSULAS 4.2.2. e 4.2.3.**

“[...] excluo a limitação de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos, relativos aos créditos decorrentes de acidente de trabalhos, eis que estes deverão ser pagos integralmente dentro do prazo limite previsto no artigo 54, caput da Lei nº 11.101/2005.”

v. **LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS RECURSAIS – CLÁUSULA 4.4**

“[...] CONDICIONO os levantamentos dos depósitos recursais à comprovação da inclusão/habilitação do crédito decorrente do processo de origem no Quadro Geral de Credores, para pagamento em consonância com o Plano de Recuperação Judicial”

vi. **ALIENAÇÃO DE ATIVOS - CLÁUSULA 9, 9.3.10; 9.4.10; 9.5.8 e 9.6.9**

*“[...] Portanto, **DECLARO A ILEGALIDADE** das cláusulas 9, 9.3.10; 9.4.10; 9.5.8 e 9.6.9, e todas as que prevejam a constituição de UPIs exclusivamente em benefício de credores extraconcursais, que estejam indevidamente inseridas do Plano de Recuperação Judicial, por violação expressa do art. 66 da Lei nº 11.101/05 [...]”*

vii. **LEILÃO REVERSO - CLÁUSULA 10**

“[...] nada há de ilegal na Cláusula 10 devendo, no entanto, ser observado o tratamento igualitário entre os credores da mesma classe.”

viii. **SUPRESSÃO DAS GARANTIAS DOS CREDORES, COBRIGADAS E GARANTIDORES - CLÁUSULAS 3.2, 14.4 e 14.4.1**

“[...], declaro a sua nulidade em relação aos credores que a ela não anuíram, permanecendo válida quanto àqueles que aprovaram o plano de recuperação judicial, sem ressalvas.”

ix. **CANCELAMENTO DE PROTESTOS - CLÁUSULA 14.3.**

[...] deverá tão somente subsistir a suspensão de protestos enquanto a Recuperanda estiver cumprindo regularmente o plano de recuperação judicial, os quais ficam restabelecidos na hipótese de descumprimento para convalidação da RJ em falência.”

x. **COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL - CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS FISCAIS - ARTIGO 57 DA LEI Nº 11.101/2005.**

[...] deverão as Recuperandas, no prazo de 20 dias, apresentar as certidões negativas de débitos fiscais nos termos do artigo 57 da Lei de Recuperação Judicial ou, no mesmo prazo comprovar nos presentes autos a equalização de seu passivo fiscal, por um dos meios postos à sua disposição pelas Fazendas Públicas.”

Conforme a r. decisão de fls. 38.242/38.244, houve concessão de prazo às Recuperandas para a comprovação da regularização do passivo fiscal: “...concedo o prazo de 30 (trinta) dias para comprovação da regularidade fiscal das Recuperandas, sob pena de suspensão da homologação, com possibilidade de retomada das execuções e cumprimentos de sentença em face das Recuperandas...”

Considerando que o presente RMA refere-se ao período de setembro e outubro de 2025, esta Subscritora informa que nos próximos RMAs constará a atualização considerando o 3º Modificativo ao PRJ (fls. 36495/36588) homologado pela r. decisão proferida em 04/12/2025 (fls. 38.242/38.244).

Anexo IV – Relatório de Diligências Realizadas

Não ocorreram diligências no período.

Anexo V - Pedidos de esclarecimentos ou documentos complementares

No que tange à prestação de contas apresentada pelas Recuperandas às fls.30208/30558, esta Administradora Judicial constatou que o valor pago deveria ter sido distribuído de acordo com o limite de 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos, o que não ocorreu.

Dessa forma, pendem esclarecimentos pelas Recuperandas, também nos autos do processo principal, sobre a divergência apontada, além de intimação dos credores que receberam valor a maior, para que devolvam os valores superiores, dos credores que atingiram o teto de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais).

De igual modo, requer-se esclarecimentos quanto aos meses de setembro e outubro de 2025, em que a Recuperanda apresentou suas Demonstrações de Resultado mensais, sendo observada diferença no resultado, somando-se o montante de R\$ 73 mil reais no mês de setembro e outubro, o que requer esclarecimentos e reapresentação das citadas Demonstrações.

Anexo VI - Cronograma Processual

CRONOGRAMA PROCESSUAL

Comunicado nº 786/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça de São Paulo

| | |
|--|------------------------|
| | EVENTO OCORRIDO |
| | DATA ESTIMADA |

| DATA | EVENTO | LEI Nº 11.101/05 |
|-------------------------|---|--|
| 30/11/2022 | Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial | - |
| 13/12/2022 | Deferimento do pedido de Recuperação Judicial | Art. 52, incisos I, II, III, IV e V e § 1º |
| 16/12/2022 | Publicação do deferimento no Diário Oficial | - |
| 09/02/2023 | Publicação do 1º edital pelo devedor | Art. 52, § 1º |
| 24/02/2023 | Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º edital) | Art. 7º, § 1º |
| 16/02/2022 | Apresentação do Plano de Recuperação Judicial ao juízo (60 dias após publicação do deferimento da Recuperação) | Art. 53 |
| 06/03/2023 | Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D. O | Art. 53, § único |
| 05/04/2023 | Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º edital ou 30 dias após a publicação de aviso de recebimento do PRJ) | Art. 53, § único c/c art. 55, § único |
| 05/05/2023 | Publicação do edital pelo AJ - 2º edital (45 dias após a apresentação de habilitações/divergências) | Art. 7º, § 2º |
| 17/05/2023 | Fim do prazo para apresentar impugnações ao juízo (10 dias após a publicação do 2º edital) | Art. 8º |
| 12/04/2023 | Publicação do edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC) | Art. 36 |
| 19/05/2023 | 1ª Convocação da assembleia geral de credores | Art. 36, inciso I |
| 26/05/2023 | 2ª Convocação da assembleia geral de credores | Art. 36, inciso I |
| 02/06/2023 - 29/11/2023 | Fim do prazo de suspensão do curso de prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da Recuperação) | Art. 6, § 4º |
| 22/11/2023 | Homologação do Plano de Recuperação Judicial | Art. 58 |

| | | |
|-------------------|---|-------------------|
| 23/08/2024 | Apresentação do 1º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial | Art. 53 |
| 23/09/2024 | 1ª Convocação da assembleia geral de credores | Art. 36, inciso I |
| 30/09/2024 | 2ª Convocação da assembleia geral de credores | Art. 36, inciso I |
| 13/11/2024 | Homologação do 1º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial | Art. 58 |
| 18/10/2024 | Apresentação do 2º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial | Art. 53 |
| 14/11/2024 | 1ª Convocação da assembleia geral de credores | Art. 36, inciso I |
| 22/11/2024 | 2ª Convocação da assembleia geral de credores | Art. 36, inciso I |
| 27/01/2025 | 1ª Convocação da assembleia geral de credores | Art. 36, inciso I |
| 17/03/2025 | 2ª Convocação da assembleia geral de credores | Art. 36, inciso I |
| 14/04/2025 | Homologação do 2º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial | Art. 58 |
| 14/07/2025 | Apresentação do 3º Aditivo do Plano de Recuperação Judicial | Art. 53 |
| 16/09/2025 | 1ª Convocação da assembleia geral de credores | Art. 36, inciso I |
| 23/09/2025 | 2ª Convocação da assembleia geral de credores | Art. 36, inciso I |
| | Fim do prazo de Recuperação Judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após a concessão de Recuperação Judicial) | Art. 61 |

Anexo VII - Da Conformidade com a Recomendação nº 72, de 19/08/2020

| ANEXO II DA RECOMENDAÇÃO Nº 72, DE 19 DE AGOSTO DE 2020 | COMENTÁRIOS AJ |
|---|------------------|
| 1. Há litisconsórcio ativo? | |
| 1.1. Em caso positivo, identifique a qual devedor se refere o presente relatório. | |
| 2. Este relatório é: | RMA 09 a 10/2025 |
| 2.2. Mensal | |
| 2.2.1. Houve alteração da atividade empresarial? | Não |
| 2.2.2. Houve alteração da estrutura societária e dos órgãos de administração? | Não |
| 2.2.3. Houve abertura ou fechamento de estabelecimentos? | Não |
| 2.2.4. Quadro de funcionários | |
| 2.2.4.1. Número de funcionários/colaboradores total | Anexo II |
| 2.2.4.1.1. Número de funcionários CLT | |
| 2.2.4.1.2. Número de pessoas jurídicas | |
| 2.2.5. Análise dos dados contábeis e informações financeiras | Anexo II |
| 2.2.5.1. Ativo (descrição / evolução) | Anexo II |
| 2.2.5.2. Passivo | |
| 2.2.5.2.1. Extraconcursal | |
| 2.2.5.2.1.1. Fiscal | |
| 2.2.5.2.1.1.1. Contingência | |
| 2.2.5.2.1.1.2. Inscrito na dívida ativa | |
| 2.2.5.2.1.2. Cessão fiduciária de títulos/direitos creditórios | |
| 2.2.5.2.1.3. Alienação fiduciária | |
| 2.2.5.2.1.4. Arrendamentos mercantis | |
| 2.2.5.2.1.5. Adiantamento de contrato de câmbio (ACC) | |
| 2.2.5.2.1.6. Obrigação de fazer | |
| 2.2.5.2.1.7. Obrigação de entregar | |
| 2.2.5.2.1.8. Obrigação de dar | |
| 2.2.5.2.1.9. Obrigações ilíquidas | |
| 2.2.5.2.1.10. N/A | |
| 2.2.5.2.1.10.1. Justificativa | |
| 2.2.5.2.1.10.2. Observações | |
| 2.2.5.2.1.11. Pós ajuizamento da RJ | |
| 2.2.5.2.1.11.1. Tributário | |
| 2.2.5.2.1.11.2. Trabalhista | |
| 2.2.5.2.1.11.3. Outros | |
| 2.2.5.2.1.11.3.1. Observações | |
| 2.2.5.2.1.11.4. Observações / Gráficos | |
| 2.2.6. Demonstração de resultados (evolução) | |
| 2.2.6.1. Observações (análise faturamento / índices de liquidez / receita x custo / receita x resultado) | Anexo II |
| 2.2.7. Diligência nos estabelecimentos da recuperanda | Anexo IV |
| 2.2.8. Planilha de controle de pagamentos dos credores concursais (nome do credor / valor no edital / parcela / valor pago / saldo residual atualizado) | Anexo III |
| 2.2.8.1. N/A | |
| 2.2.8.2. Anexar documentos | |
| 2.2.9. Observações | |
| 2.2.10. Anexos | |
| 2.2.11. Eventos do mês | |

Glossário

A **DRE** – Demonstração do Resultado do Exercício, se baseia no **regime de competência**, demonstrando o lucro ou prejuízo da empresa em determinado período.

A **DFC** – Demonstração do Fluxo de Caixa, tem como base o **regime de caixa**, demonstrando as entradas e saídas de dinheiro da empresa

Análise por meio de Índices, Indicadores e Instrumentos Financeiros: o objetivo dessa análise é de evidenciar a situação financeira e patrimonial da empresa, por meio de medidas quantitativas com base em seus saldos e resultados contábeis.

Análise Vertical: é uma maneira de avaliar as demonstrações financeiras de empresas ao olhar o balanço da companhia e visualizar a dimensão de um dado financeiro em relação ao total. Assim, **permite descobrir a relevância de uma parte dentro do todo**.

Análise Horizontal: é uma maneira de avaliar as demonstrações financeiras de uma empresa comparando os resultados mais recentes com aqueles registrados em trimestres ou anos anteriores. Assim, a análise horizontal **permite acompanhar a evolução dos dados divulgados nos balanços** da companhia.

Indicadores de Liquidez: indicam a capacidade de uma empresa para honrar com todos os seus compromissos financeiros, tendo como **cenário ideal** índice igual ou superior a 1 (um).

- **Índice de liquidez Imediata:** demonstra a parcela de dívidas de curto prazo (passivo circulante) que poderiam ser pagas imediatamente por meio dos valores relativos à caixa e equivalentes de caixa (disponível). Ou seja, representa quanto a empresa possui de disponível para cada real de dívidas vencíveis no curto prazo.
- **Índice de Liquidez Corrente:** mede a capacidade de quitação das obrigações com vencimento em curto prazo (registradas no passivo circulante), utilizando-se dos disponíveis e realizáveis em mesmo período (registrados no ativo circulante).
- **Índice de Liquidez Seca:** segue a mesma premissa do indicador de liquidez corrente, entretanto, excluindo os saldos em estoques.
- **Índice de Liquidez Geral:** sem levar em conta as estimativas de vencimento e recebimento, este indicador demonstra a liquidez do total de dívidas constituídas ao utilizar todos os direitos (neste cálculo, não se considera os bens imobilizados para liquidação).

Indicadores de Estrutura Patrimonial: estabelecem relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros. Visam evidenciar a dependência da entidade em relação aos recursos de terceiros.

- **Índice de Endividamento:** mostra quanto a sociedade tem de dívidas com terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) para cada real de recursos próprios (Patrimônio Líquido). Indica a dependência que a entidade apresenta com relação a terceiros e, nesse ponto, o risco a que está sujeita.
- **Composição do Endividamento:** Para analisar a solvência de uma entidade, é importante conhecer os prazos de vencimentos de suas dívidas. Nesse sentido, o índice de composição do endividamento revela quanto da dívida total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) com terceiros é exigível no curto prazo (Passivo Circulante).
- **Imobilização de Recursos Não Correntes:** O índice de imobilização do Patrimônio Líquido apresenta a parcela do capital próprio que está investida em ativos de baixa liquidez (Ativos Imobilizados, investimentos ou Ativos Intangíveis), ou seja, Ativos Não Circulantes deduzidos dos ativos realizáveis a longo prazo.

Capital Circulante Líquido (CCL): também conhecido como “capital de giro”, refere-se aos ativos de uma empresa que são utilizados para manter o seu desempenho. Assim, por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, se o cálculo for **positivo** pode-se identificar se a empresa **está conseguindo honrar com seus compromissos em um curto prazo**. Mas, se o resultado for **negativo** indica que a empresa poderá passar por graves riscos com a sua liquidez.

EBITDA: é a sigla composta pelas iniciais dos termos *Earning Before Interest, Taxes, Depreciation/Depletion and Amortization*. Em português, tem sido comumente traduzida por **lucro antes dos juros, impostos sobre os lucros, depreciações/exaustões e amortizações**, ou a sigla LAJIDA. Dessa maneira, o EBITDA procura refletir a geração de caixa efetivo de uma empresa, ou seja, a margem operacional advinda da sua atividade principal.

- A **margem operacional** indica, portanto, o percentual das vendas convertido em lucro. Ou seja, o percentual representado pelo lucro líquido operacional sobre as receitas líquidas (desconsiderando as despesas financeiras do resultado, bem como o efeito do IR provocado no resultado por tais despesas financeiras).